

APRESENTAÇÃO

O Conselho Nacional do Ministério Público, em seus dezessete anos de existência, desenvolveu projetos e ações com vistas a definir seu papel institucional de órgão de integração nacional do Ministério Público brasileiro.

Outrossim, com fito de fomentar o debate acadêmico sobre temas relacionados à atuação do *Parquet*, a Revista do CNMP, periódico oficial do Conselho, é lançada anualmente com artigos inéditos, visando, ao mesmo tempo, a angariar e difundir conhecimentos por meio de reunião de artigos, estimulando, assim, o debate acadêmico de temas caros, de modo a contribuir com o contínuo aprimoramento da atuação ministerial.

Nesta 10ª Edição, composta por 15 artigos, a publicação oficial do Conselho Nacional do Ministério Público, coordenada e editorada pela Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência (CALJ), resultou de pesquisas voltadas ao aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Iniciativas como essa são de fundamental importância na consolidação institucional do Ministério Público brasileiro como uma instituição de vanguarda. Ministério Público esse que é, a meu ver, a instituição com maior possibilidade de induzir a consolidação de uma sociedade democrática pautada no pluralismo e no respeito à diversidade humana nessa nova era.

Em momento de grave polarização em todas as áreas do conhecimento, precisamos retomar, em nosso processo civilizatório ocidental, a ética aristotélica, a qual considera que a virtude está no meio – *virtus in medium est* –, isto é, por intermédio de um caminho de equilíbrio, o que se evidencia sob o prisma da análise de interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme se trata na Revista do CNMP.

Logo, parablenzo o desenvolvimento desta grande iniciativa, ao tempo em que registro meus agradecimentos a todos que colaboraram

com este importante trabalho, em especial ao Editor-Chefe desta edição, o Conselheiro Nacional do Ministério Público e Presidente da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência, Rodrigo Badaró, e ao Editor-Adjunto desta edição e Conselheiro Nacional do Ministério Público, Rogério Magnus Varela Gonçalves.

Parabenizo também os articulistas e a equipe da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência.

Antônio Augusto Brandão De Aras
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público